

sido, em alguns momentos, financiada por fundos comunitários na área da Igualdade. Gostaria, ainda, de assinalar a importância da ligação entre as várias entidades municipais e a sociedade civil, nomeadamente o papel fundamental dos sindicatos e dos empresários a nível da responsabilidade social para a questão da prevenção da violência doméstica e do assédio no local de trabalho.

Relativamente ao Sr. Tenente Coronel Albano Pereira gostaria de referir que a primeira vez que contactei com o projecto que apresentou, este ainda estava na fase 1, ou seja, no início. O facto de se já estar a consolidar uma 2ª fase e a pensar no futuro, é extremamente encorajador relativamente ao papel que as Forças de Segurança têm, actualmente, nesta área e da sensibilidade e know-how que consolidaram nos últimos anos, relativamente a este problema.

Queria terminar esta sessão com a certeza de que vamos ter outras oportunidades para conhecer melhor estes e outros projectos, de uma maneira mais integrada, visto que planeamos realizar um seminário sobre esta matéria no próximo ano. Mas, de qualquer maneira, gostaria de realçar como foi importante mostrar este puzzle, em que a sociedade civil, as autarquias, o Estado, as forças de Segurança, estão cada vez mais empenhados, colectivamente, em denunciar, prevenir, remediar, quando é necessário remediar e, sobretudo, criar uma esperança e uma expectativa. E, neste sentido, agradeço a todos/as os/as participantes desta mesa e passo a palavra agora à mesa final.

MANUELA MARINHO

VICE-PRESIDENTE DA UMAR [UNIÃO DAS MULHERES ALTERNATIVA E RESPOSTA]

uito boa tarde. Começava por agradecer o convite e felicitar a Estrutura de Missão Contra a Violência Doméstica pela realização deste seminário, em especial a Mestre Elza Pais, cumprimentando igualmente a Dra. Manuela Marinho e as/os palestrantes da mesa e felicitando as e os resistentes que se encontram ainda a ouvir-nos.

Esta comunicação é realizada em nome da UMAR, apresentada por mim e pela Dra. Elisabete Brasil.

Apresentaremos, no tempo de que dispomos, a filosofia de prevenção na intervenção da UMAR no campo da violência contra as mulheres no interior das relações familiares e de intimidade.

A prevenção da violência doméstica é aqui perspectivada numa concepção holística em que se tenta conhecer o fenómeno social para identificar as causas e, nessa medida, identificar os mecanismos para as combater. Assim, depois de uma breve apresentação da UMAR e do trabalho de intervenção no combate à violência, explanaremos, a partir do conhecimento científico já produzido sobre o problema, o modelo da UMAR na área da prevenção da violência doméstica, incidindo no combate às causas identificadas da violência nas relações de intimidade.

A UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta é uma organização não governamental de direitos das mulheres (ONGDM), fundada em 1976, e com assento no Conselho Consultivo da CIDM. É uma associação feminista que dá expressão à pluralidade dos feminismos e desenvolve o seu trabalho em diversas dimensões e diferentes campos com uma metodologia em rede.

Em termos das dimensões de trabalho, articula a dimensão do trabalho político denunciando as situações de não cumprimento dos direitos humanos das mulheres e pressionando por alternativas de cidadania, com a dimensão do trabalho de intervenção no terreno proporcionando respostas para a melhoria das vidas de mulheres concretas; e ainda a dimensão dos estudos no sentido de fundamentar a intervenção e as propostas políticas e divulgar a produção do conhecimento feminista.

As áreas de trabalho situam-se nos campos identificados como prioritários para a cidadania das mulheres portuguesas em cada momento histórico e de acordo com os interesses de cada grupo de associadas. Hoje, a UMAR faz intervenção fundamentalmente nas seguintes áreas: violência contra as mulheres, direitos sexuais e reprodutivos, incluindo a luta pela

■ Síntese Curricular

Professora Auxiliar na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, tem leccionado as disciplinas de Educação Familiar, Sociologia da Educação, Intervenção Comunitária, e Educação Género e Cidadania, assim como orienta diversas teses de mestrado e doutoramento em Ciências da Educação.

Doutorada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, elaborou a sua tese de doutoramento sobre "Mulheres, espaços e Mudanças: o Pensar e o Fazer na Educação das Novas Gerações", sob orientação da Prof.ª Doutora Helena Costa Araújo.

Concluiu e defendeu a dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Mudança Social, sobre "Movimento Feminista e Educação em Portugal nos Anos 1970 e 80", na FPCEUP, também sob orientação Helena Costa Araújo.

Em Março 1991, recebeu, conjuntamente com Laura Fonseca Fernandes e Olga Guedes de Oliveira, o prémio Carolina Michaëlis de Vasconcelos - Investigação-Mulher/1990.

No âmbito das Ciências da Educação, os seus principais focus de investigação e intervenção situam-se na área dos estudos feministas, fundamentalmente no campo da prevenção da violência de género (violência contra as mulheres), educação para a cidadania e os direitos sexuais e reprodutivos, incluindo o aborto.

Foi ainda docente da Universidade do Minho até 1996 e tem participado em diversos projectos de investigação financiados pela FCT e por Programas Europeus.

É Vice-Presidente da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

Foi membro do Conselho de Redacção da Revista *ex aequo*, da APEM, e do Conselho de Redacção da Revista *Artemisia – Textos Feministas*. Participa igualmente na APF – Associação para o Planeamento e a Família – Norte.



■ Síntese Curricular (continuação)

Activista feminista desde o início dos anos 1980, integrou ainda organizações feministas radicais dos anos 1980, como o GAMP e Grupo de Mulheres do Porto.

De entre as obras publicadas, podem destacar-se:
 Magalhães, Maria José (2006) "Silenciamentos e subjectividades: procurando a agência das mulheres em processos de vitimização", ex aequo, (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José (2006) "Confronting violence at home", comunicação apresentada no 8º Congresso AIFREF (Association Internationale de l'Éducation Familiale), Canadá (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José (2006) "Ouvir Experiências e Subjectividades Femininas para Pensar uma Educação Inclusiva", Educação Sociedade e Culturas, nº (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José (2006) "Susanna and the Elders: Recurring Theme Both in Art and Life", em co-autoria com Angélica Lima Cruz, INSEA - International Society of Education through Art.
 MAGALHÃES, Maria José; Pinto, Helena; Brasil, Elisabete; e Fernandes, Laura Fonseca (2006) "ONGs de mulheres e a luta contra a violência contra as mulheres e crianças no seio da família - o contributo da UMAR", Actas do Colóquio Internacional "Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas" Associação Portuguesa de Sociologia, Lisboa, 21 e 22 de Nov. 2002 (em CDROM).
 MAGALHÃES, Maria José, PINTO, Helena, Elisabete Brasil e Laura Fonseca (2006) "Violência Contra as Mulheres e Família", comunicação apresentada no V Congresso Português de Sociologia, UM Braga, 12 a 15 Maio 2004 (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José (1998) Movimento Feminista e Educação, Portugal anos 1970 e 80, Oeiras: Celta Editora.
 MAGALHÃES, Maria José (2003) "Em torno da definição do conceito de agência feminista", ex aequo, nº 7, pp 189-198.
 ARAÚJO, H. C., Maria José Magalhães e Laura Fonseca (2002) "Coeducação e Biografias", in Teresa Pinto (coord) A Profissão Docente e os Desafios da Coeducação: Perspectivas Teóricas para Práticas Inovadoras, Lisboa: CIDM, pp 69-88.
 ALONSO, Luísa, Maria José Magalhães, Isabel Portela e Graça Lourenço (2002) Projecto PROCUR, contributo para a mudança nas escolas. Braga: Universidade do Minho, Coleção infans, CEC.
 MAGALHÃES, M.J. (2002) Percorrer as vozes, significar os percursos", ex aequo, nº 5.

legalização do aborto, trabalho internacionalista nomeadamente a Marcha Mundial das mulheres, intervenção e educação comunitárias, formação na área da igualdade de oportunidades entre mulheres e homens, estudos, debates e seminários sobre as questões de género e investigação feminista.

Nos Açores, além da Linha Telefónica SOS Mulher, a UMAR desenvolve intervenção nas Ilhas de S. Miguel, Faial, Terceira, Santa Maria, nas vertentes do atendimento, apoio jurídico e psicológico, da formação e de parcerias com várias entidades. Dispõe também de uma casa-abrigo.

Na Península de Setúbal, dispõe de um Centro de Atendimento com serviço de emergência, onde se efectua apoio jurídico, psicológico, social, assim como o acompanhamento de mulheres vítimas e suas crianças. Para além disso, estabelece diversas parcerias (inclusivamente com a Linha 144, outras casas-abrigo e gabinetes de atendimento e diversas instituições). Desenvolve intervenção na área da prevenção junto de crianças e jovens e junto de famílias com situações de conflito. Gere uma casa-abrigo, com capacidade para 18 utentes. Estas actividades são realizadas com o Apoio do Instituto da Solidariedade e Segurança Social - Serviços Locais e Distrital de Setúbal.

Em Cascais, realiza serviço de atendimento em parceria com Câmara Municipal e participa no Fórum Municipal da Violência Doméstica.

Em Lisboa, realiza atendimento e gere uma Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência e seus filhos e filhas. Esta Casa recebe mulheres e crianças de todo o país e tem uma capacidade máxima de 40 utentes. Estabelece várias parcerias e é subsidiada pelo Instituto de Segurança Social do Distrito de Lisboa.

No Porto, dispõe de um Núcleo de Atendimento a mulheres vítimas de violência, efectuando apoio psicológico, jurídico e social, tendo parcerias com diversas instituições. Estas actividades têm sido financiadas pela Medida 4.4., através da Pequena Subvenção às ONG, da CIDM - projecto IMA/N, até Agosto 2005 e o projecto "Novos Olhares, Velhas Causas", que terminará a 31 de Dezembro de 2006. Para além do trabalho assegurado pelo projecto "Novos Olhares, Velhas Causas", o trabalho de prevenção e atendimento é igualmente assegurado por uma equipa de voluntários/as.

Na Guarda, está em preparação a abertura de um Núcleo de Atendimento a mulheres vítimas de violência.

Nesta intervenção, a UMAR tem como filosofia articular a resposta directa com a produção de conhecimento e, simultaneamente, com o movimento feminista, no sentido de potenciar a própria intervenção: na vertente de intervenção, inclui-se a resposta directa, o atendimento e acompanhamento; na produ-

ção de conhecimento, incluímos a reflexão, a formação, os debates, as publicações, as comunicações; na vertente da prevenção, inclui-se uma componente de trabalho especificamente direccionado para a prevenção, mas igualmente a articulação com as dimensões referidas já que a prevenção constitui, no fundo, o princípio e o fim deste trabalho; finalmente, na vertente da articulação com o movimento feminista nacional e internacional e com as parcerias, insere-se o trabalho em rede, assim como a relação deste combate à violência com as outras dimensões do trabalho feminista no sentido de uma cidadania plena de todas as mulheres.

Na perspectiva da nossa organização, o trabalho de prevenção da violência doméstica engloba, em primeiro lugar, conhecer o fenómeno social da violência, em segundo, planear a transformação social e, em terceiro, avaliar as mudanças.

Assim, conceptualizamos a violência contra as mulheres nas relações de intimidade e nas relações familiares, não apenas no interior mas também fora do espaço doméstico^[1], como:

- um fenómeno estrutural;
- um facto social e não apenas comportamentos individuais;
- parte integrante das relações desiguais de género;
- expressão das relações de poder económico, social, jurídico, político, cultural, simbólico, afectivo, sexual;
- resultado da divisão social entre o público e o privado.

Assim, para nós, a violência doméstica é um fenómeno estrutural, ou seja, não assenta exclusivamente nos comportamentos individuais entre pessoas, tem a ver com as relações da sociedade, nomeadamente com as relações de género, em que as questões do poder económico, jurídico, cultural, simbólico, afectivo e sexual, se inserem. Chamamos aqui a atenção para o simbólico, que constitui uma dimensão fundamental na vida social e que muitas vezes é subvalorizada. Na verdade, os valores, as representações, incluindo as imagens, os filmes, a pintura, a publicidade, a arte em geral, etc., e que, em termos sociais se têm historicamente vindo a organizar em torno da divisão entre público e privado, constituem aspectos relevantes a ter em conta quando falamos de violência doméstica. Toda a evidência empírica nos mostra a regularidade do fenómeno, a sua transversalidade

[1] Para uma discussão dos conceitos, ver Magalhães 2005. Quando falamos de relações familiares ou de intimidade fora do espaço doméstico, estamos a referir-nos às relações entre namorados ou ex-namorados, assim como ex-cônjuges, quando, apesar de não habitem no mesmo espaço ou ainda não terem ou já terem rompido uma relação de conjugalidade, a relação afectiva continua na base do uso da violência.

■ Síntese Curricular (continuação)

ARAÚJO, H. C., Maria José Magalhães e Laura Fonseca (2001) "Interrogando as metodologias qualitativas na sua contribuição para o campo educativo e de estudos sobre as mulheres", in Teresa Pinto (coord) Coeducar para uma Sociedade Inclusiva, Lisboa: CIDM, pp133-148.
 MAGALHÃES, Maria José e Helena Costa Araújo (2001) "Da neutralidade às (des)igualdades de género: a descoberta de dispositivos de mudança", in Teresa Pinto (coord) Coeducar para uma Sociedade Inclusiva, Lisboa: CIDM, pp133-148, pp 189-200.
 MAGALHÃES, Maria José, Macedo, Teresa, Gomes, Lúcia e Sousa, Elisabete (2001) Projectos Locais, Dinâmicas globais - práticas e aprendizagens significativas no projecto Teias, Actas do IV Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, Faro: SPCE;
 ARAÚJO, H. C., Maria José Magalhães (2000) "Des-fiar as Vidas. Perspectivas Biográficas, Mulheres e Cidadania", in Teresa Pinto (coord) Coeducação: do Princípio ao Desenvolvimento de uma Prática, Actas do Seminário Internacional, Lisboa: CIDM, pp 133-140.
 FONSECA, L. e Maria José Magalhães (2001) "Reflectindo sobre Dicotomias na Orientação Escolar e Profissional", in Reconstruir os Nossos Olhares: o papel da orientação escolar e profissional na promoção da igualdade de oportunidades, Coimbra: DREC, pp 53-66.
 ARAÚJO, Helena C. e Maria José MAGALHÃES (1999) Des-fiar As Vidas, Cadernos Coeducação, Lisboa: CIDM.
 MAGALHÃES, Maria José (1995) "O que não se aprende nas escolas", um comentário em "Diálogos sobre o vivido", na revista Educação Sociedade e Culturas, nº 4, Porto.
 MAGALHÃES, Maria José (2006) "Was There a Feminist Movement in Portugal in the 1970's and 1980's?", Innd Theory, Culture and Society Conference (Actas), Berlin (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José e D'ARMADA, F. (1995) "Os Estudos Sobre as Mulheres em Avaliação: Reforçar o seu Papel na Construção Europeia para uma Democracia mais Inclusiva", Boletim da APEM, nº 5, Junho de 1995.
 MAGALHÃES, M.J.; et al. Relatório Final do Projecto ProCur, Cadernos PEPT 2000 (no prelo).
 MAGALHÃES, Maria José (1994) "Caleidoscópio", Boletim da APEM, nº 3, Junho de 1995.
 MAGALHÃES, Maria José; FONSECA, M. L.; e ARAÚJO, L. E. (1995) "Igualdade de Oportunidades e as Raparigas dos Estratos Sociais Desfavorecidos - O Estudo de Um Caso", actas do II Congresso da SPCE, Braga.
 MAGALHÃES, Maria José; Fonseca, M. L.; e Oliveira, O. G. (1991) História de Vida de Uma Operária da Indústria Corticeira - Construção Social das Identidades Femininas Através de Diferentes Espaços Educativos, Lisboa: ONG - CCIDM.

social, cultural e etária (ver entre outros, Lourenço, Pais e Lisboa 1997). Em suma, significa ir para além da visão focada exclusivamente ou na vítima ou no agressor, perspectivando o fenómeno no conjunto das relações sociais que a produzem e que continuam, no mínimo, a tolerá-la.

Em termos da sua caracterização e no sentido de perspectivar uma intervenção eficaz que conduza à diminuição e, se possível, à erradicação deste grave atentado aos direitos humanos, a violência contra as mulheres, enquanto problema estrutural, tem que ser perspectivada nas suas diversas dimensões, articulando-se estreitamente com o lugar ocupado pelas mulheres em termos de cidadania. Nesta perspectiva, "obriga a uma intervenção multidisciplinar procurando responder às diferentes necessidades que coexistem na mesma situação" (UMAR, 2002).

Assim, este problema social é um fenómeno resultante das relações de género, concretizando-se num conjunto de estratégias coercivas, violentas e/ou intimidatórias legitimado pela concepções sociais das relações de poder do sexo masculino sobre o sexo feminino.

Mais ainda, para além dos custos sociais que acarreta (ver Lisboa et. al. 2003 e Lisboa et al. 2005), constitui um problema de Saúde Pública com graves implicações pessoais, familiares e comunitárias, como mostram os estudos realizados por diversos autores/as.

Neste sentido, a legislação portuguesa consagra este tipo de agressão como crime público, isto é, um crime de responsabilidade social e não sujeito à sua arquivação pela retirada da queixa por parte da vítima. A legislação assume que a vítima se encontra numa situação de fragilidade e de exposição ao controle do agressor, sendo que o Estado e a sociedade, através do Ministério Público, avaliam da gravidade das ofensas e da necessidade e tipos de medidas a adoptar judicialmente. Desta forma, o agressor que exerce poder e controle sobre a vítima deixa de controlar o papel do Estado (ver, entre outros/as, Shepard e Pence 1999).

Equacionando a violência contra as mulheres no seio das relações de intimidade como um fenómeno estrutural (e não resultante da personalidade individual do agressor ou da vítima, nem das características da interacção estabelecida na intimidade), a prevenção deste grave problema social necessita de uma planificação que tenha em conta as dinâmicas de mudança social, assim como as de reprodução. Autoras/es que têm estudado a mudança social têm evidenciado que esta se realiza a três dimensões, por vezes articuladas entre si, por vezes, com alguma autonomia relativa umas em relação às outras. As dimensões identificadas dizem respeito aos discursos, às práticas sociais e à organização social.

Em relação à transformação social, claro que é uma questão muito complexa, e estas comunicações têm sempre o efeito de simplificar um pouco, mas também é importante simplificar para poder reflectir e operacionalizar.

Os estudos mostram que não há necessariamente uma ordem em termos das mudanças nestas três dimensões, sendo que, habitualmente, as mudanças se iniciam ao nível dos discursos, sendo a organização social a dimensão social mais difícil de transformar. No entanto, por vezes, existem dinâmicas sociais em que a mudança se dá, em primeiro lugar ao nível das práticas e, só mais tarde, os discursos a acompanham.

No que se refere aos discursos, estamos aqui a falar de um conceito de discurso a partir de Foucault (ver, entre outras, 1977), isto é, que vai para além da fala, da tomada da palavra, consistindo num sistema organizado de ideias e pensamento. Portanto, a mudança em termos discursivos significa alterar os paradigmas em termos da base fundamental de pensar a sociedade, das representações sociais, das mentalidades, das ideologias, do simbólico, da linguagem, ...

Mudar as práticas sociais no campo das questões da violência doméstica e da violência contra as mulheres significa, para nós e talvez isto seja partilhado por um grande número de pessoas, safar as fronteiras entre o espaço público e o espaço privado, ou seja pensar na paridade e na conciliação.

Nesta ordem de ideias, planejar a mudança social implica organizar estratégias de intervenção que visem a mudança dos discursos [2]. Em síntese, nesta planificação, consideramos necessário equacionar alterações no que se refere a:

- paradigmas
- representações sociais, mentalidades
- ideologias
- simbólico
- linguagem
- sistemas discursivos

O tempo desta comunicação obriga-nos a uma certa síntese. Assim, no paradigma de conceptualização teórica e de intervenção sobre a vitimização das mulheres em consequência deste tipo de violência, a mudança dos sistemas discursivos significa a alteração das representações sociais em torno do papel de homens e mulheres, dos estereótipos acerca da assertividade e força para os homens e da fragilidade e domesticidade para as mulheres, incluindo ideologias da "fada do lar", da "complementaridade" (as mulheres não são ninguém sem um homem ao lado), do patriarcalismo. Assim, trabalhar na prevenção no sentido da mudança dos sistemas discursivos inclui a análise crítica e a desconstrução das habituais (porque patriarcais) representações sobre as mulheres em diversas áreas, incluindo, na publicidade, na arte, na ciência, na literatura, na linguagem, etc.

No que se refere à mudança das práticas sociais, e também sinteticamente, consideramos necessário:

- Safar fronteiras entre espaço público e espaço privado;
- Paridade / Conciliação;
- Combater a dependência e / ou subordinação económica das mulheres;
- Valorizar e visibilizar o contributo, as experiências e os pontos de vista das mulheres (isto é, dar voz às mulheres e às suas organizações).

Neste sentido, a UMAR valoriza a articulação da intervenção no campo da violência doméstica com o movimento feminista, na medida em que se torna necessária uma alteração profunda das relações de género, campo onde os feminismos têm tido uma importância crucial. A este respeito, do nosso ponto de vista, não há conciliação sem haver paridade, e não há paridade sem conciliação. Combater a dependência e / ou subordinação económica das mulheres tem que vir a par da valorização e visibilização dos pontos de vista, dos contributos e das experiências femininas.

No que diz respeito à organização social, e de acordo com Nancy Fraser (1995) que articula e completa a conceptualização de Habermas, devemos ter em conta as diferentes esferas da vida social, nomeadamente no que se refere aos sistemas sociais e ao mundo da vida, no cruzamento com as esferas pública e privada. Sistemas e mundo da vida fazem parte integrante da organização social, embora se diferenciem internamente e nas relações entre si (ver também Magalhães 2005). Esta conceptualização vai mais além do que a simples divisão entre público e privado, providenciando pensar em quatro contextos sociais — o privado subdivide-se, de um lado, em sistema privado do mundo económico-oficial, e, de outro, o privado do mundo da vida, a esfera íntima e familiar; o público subdivide-se em sistema público, do Estado, e, de outro, a esfera pública do mundo da vida, o espaço de deliberação e participação políticas e de formação de vontades políticas.

A cada um destes quatro contextos sociais, corresponde um papel social a ser desempenhado pelas pessoas: no mundo do mercado de trabalho, estaria sobretudo presente o papel de trabalhador; no sistema público, seria o papel de cidadão, nos contextos privados do mundo da vida teríamos o de consumidor e, finalmente, nos contextos públicos do mundo da vida — o espaço da deliberação e formação das vontades políticas —, o papel de cliente.

Nesta ordem de ideias, planejar a intervenção social e a prevenção no combate à violência contra as mulheres nas relações de intimidade significa ter em conta estas esferas sociais e o facto de que a sua articulação tem servido para subjugar ou discriminar as mulheres, reduzindo a visibilidade do seu contributo social a um quarto da vida social. A prevenção tem, então, de passar pela articulação de formas de intervenção que equacione alterações significativas das relações de género nestas diferentes esferas e nas relações entre si.

Portanto, a transformação social tem que ter em conta os diferentes sistemas e subsistemas do mundo social e não ficar-se pela incidência num só dos aspectos. Para reflectir a prevenção da violência contra as mulheres, a contribuição de Nancy Fraser (1995), que alarga e estende o modelo de Habermas, permite-nos reflectir os papéis sociais desempenhados em cada uma das esferas, equacionar a genderização desses papéis e providenciar uma análise crítica e uma desconstrução dessa genderização.

[2] Partimos aqui de um conceito de discurso assente em Foucault (entre outras 1977).

Assim, e em síntese, a prevenção que visa uma transformação social tem de ter em conta:

- As dinâmicas e relações de poder;
- Relações entre os diversos sistemas e instituições sociais;
- Cidadanias;
- Participação;
- Movimentos sociais (feminismo);
- Relações pessoais e afectivas.

Transformar a organização social significa que é necessário, de alguma maneira, proceder a mudanças nas relações e dinâmicas de poder, também nos diferentes sistemas, instituições sociais, tendo em conta as questões da cidadania, da participação, dos movimentos sociais, nomeadamente o feminismo, e das relações pessoais afectivas, assim como as questões da sexualidade.

Um projecto ou processo de intervenção necessita de se articular intimamente com formas de avaliação que permitam conhecer os processos, resultados e impactos da acção e, eventualmente, inflectir a direcção dessa mesma acção.

Assim, e de uma forma esquemática, podemos realçar que a avaliação deve ser um processo permanente e associado ao desenrolar do projecto, tendo em conta, essencialmente:

- A interpretação dos resultados do que mudou;
- Os diferentes pontos de vista das/os actoras/es envolvidas/os;
- A análise dos efeitos previstos e não previstos;
- A identificação dos "nós" mais persistentes de resistência à mudança
- A importância da partilha de conhecimento;
- A necessidade de inflexão de caminhos e estratégias.

Da mesma forma, não tem muito sentido pensar na prevenção se depois não avaliamos o que, afinal, conseguimos alterar. Se, do nosso ponto de vista, prevenir significa mudar, é necessário avaliar as mudanças. Para termos um pouco a ideia de como a nossa acção está a caminhar, em que direcção, ou se estamos a agitar apenas, sendo que, no fim, no "assentar da poeira", tudo volta ao mesmo. Neste sentido, avaliar inclui, não apenas ver os resultados, mas igualmente interpretar esses resultados, o significado social dessas mudanças. Nesta avaliação, importa, não apenas o nosso ponto de vista, mas também os pontos de vista das pessoas que participaram, dos diferentes actores e "actoras". Mais ainda, importa analisar os efeitos previstos e não previstos: nem tudo o que prevemos, acontece, e muitas vezes acontecem coisas que não foram previstas, que não são necessariamente negativas.

O fundamental da avaliação é ver quais são os nós, quais aqueles lugares de bloqueamento, onde "a coisa" parece que não anda, onde se situa o nó que não deixa que se passe para outro nível de consciência e de mudança.

Tendo em conta o pano de fundo em que conceptualizamos a prevenção da violência doméstica, abordaremos, de forma sintética, as estratégias de prevenção.

Em termos de intervenção na prevenção da violência contra as mulheres nas relações de intimidade, equacionamos a prevenção em três dimensões:

- Primária
- Secundária
- Terciária

Na prevenção primária, a UMAR trabalha com cinco conceitos que correspondem a cinco abordagens metodologicamente diferentes: sensibilização; consciencialização; educação – formal, não-formal, informal; formação; e conscientização. Para além da sensibilização e consciencialização, que constituem metodologias mais habituais, abordamos a prevenção primária através de outras metodologias que implicam outro tipo de acções, nomeadamente em termos de continuidade, insistência, persistência, etc. Neste tipo de metodologias, o impacto é maior, o grau de alterações produzidas é mais profundo e estas são, conseqüentemente, mais significativas.

MARIA JOSÉ MAGALHÃES

A prevenção secundária significa que já existe violência, que nós queremos prevenir a continuidade das agressões; e isto quer dizer, apontar caminhos para a saída da violência: no fundo, são as respostas dadas às vítimas e o aprofundar quer do conhecimento sobre os processos de vitimização, quer sobre as respostas.

Assim, na prevenção secundária, o trabalho de prevenção passa pela intervenção no fenómeno numa fase inicial de agressões, o que inclui:

- Apontar caminhos de saída da violência – evitando que torne acontecer;
- Apoiar na construção ou reconstrução do percurso individual de autonomia e liberdade;
- Aprofundar o conhecimento sobre as causas da violência para melhor prevenção primária.

A prevenção terciária consiste no evitar a fase final, o aniquilamento total da vítima, a sua morte, quer em termos de suicídio, quer em termos de homicídio. Daí, a necessidade do trabalho de apoio. É uma prevenção essencial, porque é fácil imaginar o que significa o facto de uma mulher em situação de grande risco ter sido atendida, ter resolvido a sua vida, e agora ter uma vida nova, uma casa nova, com os seus filhos/as, um emprego, etc. É a melhor prevenção: o que ela vai dizer às suas e seus colegas de trabalho, o que os seus filhos e filhas vão transmitir aos colegas, é o melhor testemunho que pode ser dado: os custos da saída de uma relação violenta valem a pena! Estas experiências de saída da vitimização são essenciais como motivação e como testemunho para outras situações.

Na prevenção terciária, e como temos desenvolvido noutros textos e relatórios, a prevenção passa, por um lado, pela acção nas situações de crise no sentido de evitar que chegue a um ponto de não retorno — nomeadamente o assassinato das mulheres, e por outro, na produção de conhecimento e divulgação destes testemunhos.

Na perspectiva da UMAR, um dos campos fundamentais da prevenção é o da educação, que não consiste exclusivamente na educação escolar. Educação inclui educação na família, educação informal, educação pelos media e outras agências de socialização, como a igreja ou os partidos. Existem mecanismos de socialização, dos diversos agentes de socialização, para além do sistema escolar que, neste sentido, não é a única agência de socialização, nem a única agência de educação; é a agência de educação formal que existe.

Centrar-nos-emos, nesta comunicação, na prevenção em contexto escolar, e, mesmo assim, de forma muito resumida. A este respeito, temos desenvolvido três tipos de programas de prevenção da violência em contexto escolar: a) sensibilização; b) intervenção específica; c) intervenção integrada.

As acções de sensibilização contra a violência doméstica são uma parte importante no trabalho de prevenção primária, quer seja em contexto escolar ou não. No caso das escolas, este tipo de intervenção permite passar a informação relevante, como seja, o que é a violência doméstica, os mitos sociais sobre a violência contra as mulheres na família, o que fazer em caso de ser vítima ou de conhecer alguma vítima, as principais consequências da violência doméstica nas vítimas, quer ao nível psicológico, relacional, laboral, familiar, de saúde, etc., como agir em caso de agressão, principais dimensões de um plano de segurança pessoal.

A sensibilização assenta em acções mais pontuais, necessárias mas não suficientes, porque o seu impacto informativo não altera comportamentos (embora possa contribuir para a sua alteração), não altera noções enraizadas de que, por exemplo, num namoro, a rapariga "deve deixar" que o rapaz continue a controlar o seu telemóvel e as chamadas que ela recebeu, não altera que a rapariga deve, a partir dos 14 anos, ser bonita e parecer estúpida, e que o rapaz tem que dizer que não faz nada em casa para que os seus pares não ponham em causa a sua virilidade. Portanto, fornece algumas informações mas não altera os sistemas enraizados de pensamento, de atitude, de comportamento e de relações sociais. E, neste sentido, nós temos outros tipos de prevenção em contexto escolar, nomeadamente a intervenção específica.

Designamos como "intervenção específica" um programa articulado de objectivos, conteúdos, estratégias pedagógicas, materiais didácticos e avaliação, um programa continuado, com princípio, meio e fim, adequado a cada nível de ensino. Este programa específico tem sido designado "Programa de Promoção de Relações Saudáveis", englobando um conjunto de sessões

MARIA JOSÉ MAGALHÃES

sequencializadas em termos dos conteúdos dos objectivos e das competências, habitualmente realizadas em articulação com a/o director/a de turma, e com a disciplina de Formação Cívica, ao longo do ano lectivo. Deste programa específico fazem parte, além dos conteúdos que são comuns às acções de sensibilização, outros igualmente com relação com o fenómeno da violência contra as mulheres, como sejam, os estereótipos de género, as diversas formas de violência contra as mulheres, os direitos humanos, etc.

Este programa está também elaborado de forma a adequar-se aos diferentes níveis etários e de escolaridade das crianças, adolescentes e jovens, assim como aos currículos escolares. Igualmente, tem havido o cuidado de ter em conta a diversidade cultural da população discente.

Neste programa, a prevenção da violência não significa que falamos de violência doméstica exclusivamente: não vamos para lá, todos os dias, ou de 15 em 15 dias, ou uma vez por semana, dizer que a violência é má. Exactamente porque temos uma ideia global e globalizante da prevenção, os conteúdos abordados acompanham não apenas a análise crítica das concepções, atitudes, representações e comportamentos relacionados mais directamente com violência, agressão e conflito, mas também com essas mesmas dimensões relativamente a outras áreas das questões de género em termos discursivos e das práticas sociais.

Este trabalho continuado permite alterações importantes ao nível das concepções, comportamentos e atitudes das/os jovens e, simultaneamente, às/aos formadores/as tomarem conhecimento mais aprofundado com as representações e a cultura que subjaz ao fenómeno da violência contra as mulheres.

Esta estratégia de intervenção primária é ainda articulada com a direcção de turma e com as/os encarregadas/os de educação, que participam, com as/os voluntárias/os e as/os técnicas/os na avaliação do trabalho desenvolvido.

Um outro tipo de intervenção em contexto escolar, articulada com o currículo das áreas disciplinares e não disciplinares, é o que designamos de intervenção integrada. Aqui, pensamos na organização curricular e nas práticas pedagógicas, o que está a ser desenvolvido na publicação que a UMAR tem no prelo sobre a prevenção da violência contra as mulheres.

Mas não queríamos terminar esta comunicação sem apresentar um projecto que decorre com o financiamento do SAFT às ONG - Pequena Subvenção da CIDM, o nosso 2º projecto, "Novos Olhares, Velhas Causas" e que, com mais tempo, possibilitaria mostrar mais concretamente, como estas diferentes abordagens se levam a cabo em contextos sociais e geográficos específicos, em concreto no Porto e no Norte.

Gostaria ainda de dizer que a Pequena Subvenção foi extremamente importante, nomeadamente para a UMAR no Porto, pois tem permitido um trabalho continuado, sistemático, uma resposta profissional à violência e não apenas a resposta voluntária. Neste sentido, pelo menos no que se refere à zona Norte, temos a sensação de que, de facto, a Pequena Subvenção, nomeadamente no respeitante à violência doméstica, trouxe algumas alterações importantes e alguns recursos que permitiram respostas consistentes. Infelizmente, o projecto termina a 31 de Dezembro e talvez nos vejamos obrigadas a suspender a intervenção sistemática, continuada e profissional e regressar ao trabalho exclusivamente do voluntariado e voluntariado técnico, por falta de recursos.

Referências Bibliográficas

- FRASER, Nancy (1995) "What's Critical about Critical Theory?" in Johanna Meehan (1995) *Feminists Reading Habermas, Gendering The Subject of Discourse*, Londres: Routledge, 21-55.
- LISBOA, Manuel, Isabel do Carmo, Luísa Branco Vicente e António Nóvoa (Sofia Marques da Silva) (2003) "Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres", Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 17.
- LISBOA, Manuel, Zélia Barroso e Joana Marteleira (2003) "O Contexto Social da Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal", Lisboa: CIDM, Coleção Ditos & Escritos, nº 16.
- LOURENÇO, Nelson, Manuel Lisboa e Elza Pais (1997) *Violência Contra as Mulheres*, Lisboa: CIDM, Cadernos Condição Feminina nº 48.
- MAGALHÃES, Maria José (2005) "Mulheres, Espaços e Mudanças: o Pensar e o Fazer na Educação das Novas Gerações", Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- MAGALHÃES, Maria José (2000) "Confrontando a violência no lar", comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia "Passados Recentes, Futuros Próximos", Coimbra 17, 18 e 19 de Abril 2000 (edição publicada em CD Rom).
- MAYO, Peter (2004) *Gramsci, Freire e a Educação de Adultos. Possibilidades para uma Acção transformadora*, São Paulo: Artes Médicas.
- PINTO, Helena, Elisabete Brasil, Laura Fonseca e Maria José Magalhães (2004) "Violência contra as Mulheres e Família", comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, "Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Acção", Braga, 12 a 15 de Maio de 2004.
- PINTO, Helena, Elisabete Brasil, Laura Fonseca e Maria José Magalhães (2003) "ONG de Mulheres e a Luta contra a Violência contra as Mulheres e as Crianças no seio da Família — o contributo da UMAR", Actas Seminário Internacional Família, Género e Sexualidades nas Sociedades Contemporâneas.

MARIA JOSÉ MAGALHÃES

RESTUCCIA, Frances L. (2000) *Melancholics in Love. Representing Women's Depression and Domestic Abuse*, Oxford: Rowman e Littlefield Publishers.

SHEPARD, Melanie (1999) "Advocacy for Battered Women: Implicações para uma Resposta Coordenada da Comunidade" in SHEPARD, Melanie F., Ellen L. Pence (coords) (1999) *Coordinating Community Responses To Domestic Violence*, Londres: Sage, Coleção SVAW — Sage Series on Violence Against Women.

SHEPARD, Melanie F., Ellen L. Pence (coords) (1999) *Coordinating Community Responses To Domestic Violence*, Londres: Sage, Coleção SVAW — Sage Series on Violence Against Women.

UMAR (2002) "Relatório do Projecto IAIÓ".

UMAR (2005) "Relatório Final do Projecto IMA/N — Intervenção para Mulheres Autónomas / Norte", Porto, 2005.

WILSON, Margo e Martin Daly (2003) "Till Death Us do Part", in Rose Weitz (2003) *The Politics of Women's Bodies*, Nova Iorque: Oxford University Press.

MARIA JOSÉ MAGALHÃES